



HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

Comentário do Desempenho
Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022

Prezados acionistas

A administração da Hercules S/A – Fábrica de Talheres (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas com base em números em reais, e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2021, exceto quando especificado.

Mensagem da administração

Apresentamos os resultados do exercício de 2022 com enorme contentamento e certos de estarmos diante de uma nova fase na história da Companhia. Em 24 de fevereiro de 2023, firmamos um Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais que, há cerca de 30 anos, buscava-se equacionar.

O valor total atualizado dos débitos incluídos no Acordo é de R\$ 312,0 milhões, o Acordo contempla a concessão de descontos, o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal, a utilização da base negativa da contribuição social, bem como a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais relacionadas ao passivo fiscal, disso resultando o valor total e atualizado de R\$ 33,9 milhões. Este montante deverá ser liquidado em até 120 parcelas mensais, acrescido da variação positiva da Selic.

Temos muito trabalho pela frente, os desafios estão longe de se esgotarem, mas estamos muito mais motivados e capacitados para seguirmos com esse trabalho e atingirmos os nossos objetivos.

Em 2002, em termos operacionais, tivemos mais um ano de resultados consistentes, mesmo em um cenário de pressão inflacionária. Assim, seguimos atentos aos hábitos de consumo, ao mesmo passo que nos preocupamos com o design de cada produto, aumentando nossa eficiência e qualidade. Somos uma empresa com um portfólio de produtos de reconhecida qualidade no Brasil, composta por uma Marca de boa aceitação. Além disso, após a solução do passivo tributário, aumentamos consideravelmente nosso horizonte de expansão e geração de valor.

A Administração.

Contexto econômico

Em 2022, a retomada da atividade econômica do Brasil foi liderada pelo setor de serviços, registrando o crescimento de 4,2%, segundo os dados do PIB. A atividade teve grande impulso ao longo do ano, especialmente durante o primeiro semestre, seguido pela Indústria, que mostrou alta de 1,6%. Com isso, o PIB cresceu 2,9%, mesmo com desaceleração no quarto trimestre.

Ainda na esteira da recuperação pós-covid, após quase 3 anos restrições, o chamado "efeito reabertura" da economia resultou no aumento do consumo das famílias devido ao retorno de atividades como turismo, bares e restaurantes. No entanto, durante o segundo semestre, tal efeito foi substituído pela continuidade da ameaça da pressão inflacionária que levou a uma política monetária contracionista que gradualmente desacelerou a economia.

De acordo com o IBGE, o IPCA acumulado foi de 5,79% em 2022, estando abaixo dos 10,06% acumulados em 2021, mas ainda distante da meta de inflação de 3,50%. Com isso, o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros para 13,75%.

Além disso, no último trimestre do ano ainda ocorreram dois eventos que adicionaram cautela e redução da atividade econômica: o processo eleitoral de sucessão presidencial e a Copa do Mundo de Futebol.

Entretanto, o desempenho operacional da Companhia em 2022 demonstrou, mais uma vez, a consistência da Companhia, com crescimento da receita de royalties da Marca Hercules.

Desempenho operacional

A receita da Companhia corresponde royalties de licenciamento da Marca Hercules de produtos da linha Food Service, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

Essa unidade oferece, para o público profissional e doméstico, acessórios que garantem a combinação perfeita entre forma e função, desenvolvidos com o objetivo de simplificar a tarefa de preparação de alimentos no dia a dia.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem recuperando o desempenho operacional. Em 2022, a receita líquida totalizou R\$ 3,0 milhões, 14,3% acima do apresentado em 2021, que foi de R\$ 2,6 milhões. Ainda, quando analisamos o crescimento dos últimos quatro anos, fica claro que a Marca está voltando a se consolidar no mercado Brasileiro.



Resultado financeiro

A resultado financeiro da Companhia é composto por receita financeira, atualização do passivo tributário e resultado financeiro não recorrente.

A receita financeira compreende o montante de R\$ 449 mil em 2022, ante, R\$ 705 mil, no mesmo período de 2021, corresponde a atualização de direitos creditórios, atualizado pelo índice IPCA-E.

Outras despesas financeiras, no valor de R\$ 8,7 milhões em 2022, e R\$ 2,6 milhões em 2021, correspondem basicamente a atualização do passivo tributário e do parcelamento da Lei nº 13.988/2020 que a Companhia mantinha ativo.

Resultado financeiro não recorrente no montante R\$ 102.150 milhões, corresponde ao acordo de Parcelamento Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022, firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para equacionar o passivo tributário total inscrito em dívida ativa, conforme fato relevante divulgado em 24 de fevereiro de 2023 reconhecido nas demonstrações financeiras de 2022. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a reversão do parcelamento, reconciliação dos débitos com a PGFN, adesão a Transação Individual com aplicação de descontos previstos na lei utilização de créditos permitidas, detalhados na nota explicativa 11.

Resultado líquido

O resultado líquido encerrado em 2022, impactado por evento não recorrente alterou significativamente e resultado da Companhia.

Em 2022, com o reconhecimento dos efeitos do acordo firmado entre a Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre o passivo tributário, a Hercules registrou lucro líquido de R\$ 203,7 milhões, já no ano de 2021, o lucro líquido foi de R\$ 443 mil.

Desconsiderando o evento não recorrente, em 2022, a Companhia em suas operações atingiu um resultado negativo de R\$ 5,6 milhões.

Auditores independentes – Instrução CVM 381/2003

Informamos que a Taticca Auditores Independentes S.S foi contratada pela Hercules S.A - Fábrica de Talheres, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referente ao período encerrando em 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados quaisquer outros serviços dessa empresa de auditoria externa.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Disponibilidades		1	-
Clientes	5	3.011	575
Impostos a recuperar		55	121
Outras contas a receber	6	-	7
Total ativo circulante		3.067	703
Ativo não circulante			
Direitos creditórios	7	7.720	7.271
Depósitos judiciais	8	1.703	1.539
Outras contas a receber	6	514	514
Intangível	10	142	142
Total ativo não circulante		10.079	9.466
Total do Ativo		13.146	10.169
	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores		14	6
Impostos e contribuições sociais	11	4.411	78.445
Outras contas a pagar		11	287
Total passivo circulante		4.436	78.738
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições sociais	11	29.584	136.135
Partes relacionadas	9	4.081	23.897
Debêntures	12	324.582	324.582
Outras contas a pagar		18	33
Provisão para contingências	13	1.363	1.362
Total passivo não circulante		359.628	486.009
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		22.809	22.809
Prejuízos acumulados		(373.727)	(577.387)
Total do patrimônio líquido		(350.918)	(554.578)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		13.146	10.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	<u>2.992</u>	<u>2.617</u>
Lucro bruto		2.992	2.617
Despesas operacionais	17		
Gerais e administrativas		<u>(254)</u>	<u>(296)</u>
		(254)	(296)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>2.738</u>	<u>2.321</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		449	705
Despesas financeiras - capital de giro		(2)	(8)
Outras despesas financeiras		(8.746)	(2.575)
Resultado financeiro não recorrente		<u>102.150</u>	<u>-</u>
		93.851	(1.878)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>96.589</u>	<u>443</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	107.071	-
Lucro do exercício		<u>203.660</u>	<u>443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	<u>203.660</u>	<u>443</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>203.660</u>	<u>443</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	<u>203.660</u>	<u>443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A FÁBRICA DE TALHERES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital realizado atualizado			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária	Total		
Em 31 de dezembro de 2020	15.300	7.509	22.809	(577.830)	(555.021)
Lucro do exercício	-	-	-	443	443
Em 31 de dezembro de 2021	15.300	7.509	22.809	(577.387)	(554.578)
Lucro do exercício	-	-	-	203.660	203.660
Em 31 de dezembro de 2022	15.300	7.509	22.809	(373.727)	(350.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	203.660	443
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício		
Provisões de ativos e passivos	(93.440)	2.482
Atualização de direitos creditórios	(449)	(705)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(107.071)	-
Total das despesas e receitas que não afetam o caixa	(200.960)	1.777
Caixa Gerado nas Operações	2.700	2.220
Variação nos saldos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	(2.436)	569
Redução de outras contas a receber - circulante e não circulante	86	31
Aumento (redução) de fornecedores	7	(25)
(Redução) de impostos e contribuições	(11.371)	(10.304)
Aumento de partes relacionadas	11.295	7.786
(Redução) de outras contas a pagar - circulante e não circulante	(280)	(278)
	(2.699)	(2.221)
Atividades de Investimentos		
Total da geração (aplicação) de caixa	1	(1)
Aumento ou (redução) de caixa ou equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa ou equivalentes de caixa	-	1
Saldo final de caixa ou equivalentes de caixa	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas	3.429	2.999
Venda de serviços	3.429	2.999
Insumos adquiridos de terceiros	(254)	(296)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(254)	(296)
Valor adicionado bruto	3.175	2.703
Imposto de renda e contribuição social diferido	107.071	-
Receita financeiras	449	705
Valor adicionado a distribuir	110.695	3.408
Impostos, taxas e contribuições	(437)	(382)
Impostos federais	(317)	(277)
Impostos municipais	(120)	(105)
Remuneração de capitais de terceiros	93.402	(2.583)
Despesas financeiras	(8.748)	(2.583)
Resultado financeiro não recorrente	102.150	-
Remuneração de capital próprio	(203.660)	(443)
Lucro do exercício	(203.660)	(443)
Distribuição de valores adicionados	(110.695)	(3.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Hercules S.A – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação e comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo, ainda, participar de outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e profissional.

As ações da Hercules S.A – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os tickers HETA3 e HETA4.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional.

A administração da Hercules entende ser capaz a cumprir as obrigações financeiras assumidas. Outrossim, adotou medidas relevantes a fim de sanar os pontos relacionados nas notas explicativas 11 (impostos e contribuições) e 12 (debêntures a pagar).

Em 21 de junho de 2022 foi publicada Lei nº 14.375, que alterou o texto original da Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, promovendo importantes mudanças, com a ampliação dos benefícios da Transação Tributária Federal. A Companhia, em conjunto com seus assessores, atuou detidamente para avaliar os impactos da referida lei visando à celebração de um acordo de Transação Tributária que equacionasse definitivamente o passivo fiscal federal.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a diretoria executiva da Companhia a praticar todos os atos que se fizessem necessários para concretizar o Acordo de Transação Tributária objetivando regularidade fiscal dos débitos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a prestação de garantias, de qualquer natureza.

Ato contínuo, em 30 de setembro de 2022, a Hercules divulgou um comunicado ao mercado, informando que, na mesma data, foram protocoladas junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, propostas individuais de Transação Tributária, nos termos da Lei 13.988 de 14/04/2020 com a redação da Lei nº 14.375 de 21/06/2022, visando o parcelamento dos passivos tributários federais incluídos nas propostas.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo. Este, contempla a concessão de descontos de até 65% nos juros, multas e honorários, e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, no limite de 70% do saldo remanescente após a incidência dos descontos. Ademais, exige a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais em que estiver envolvida, o cancelamento de parcelamentos existentes e as apresentações de garantias. Em relação ao saldo remanescente, o mesmo deverá ser liquidado em até 120 parcelas mensais, atualizados pela taxa SELIC dos respectivos meses.

Conforme o CPC 24, e de acordo com o entendimento da administração sobre os eventos subsequentes, considera-se que havia evidências e condições já existentes no encerramento de 2022 que justificam o reconhecimento nas demonstrações contábeis em relação aos débitos listados no Acordo de Transação Individual com a PGFN. Ressalta-se que, estes foram conciliados com os controles internos da Companhia. Desta forma, foram aplicados os devidos descontos, bem como a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social evidenciados nas demonstrações financeiras de 2022. (nota explicativa 11)

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias. (nota explicativa 12).

A Administração da Companhia vem trabalhando no processo de reposicionamento da Marca Hercules no mercado, através da distribuidora autorizada, com lançamentos de novos produtos, ações de marketing, consolidação no mercado de e-commerce e exportações. Estes os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhoria dos resultados operacional.

A Administração da Companhia entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12), assim como, reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 24 de março de 2023, e foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e ao mesmo tempo afirma que todas as informações relevantes, estão sendo evidenciadas neste documento, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão negócio.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

e. Ofício CVM nº 1/2023 - STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas de repercussão geral 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado a nosso favor, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, que possa afetar as demonstrações financeiras.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

- Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

- Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo

por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

- Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, no exercício apresentado, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações apresentamos a seguir que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e seus impactos:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26-R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante, esclarece aspectos a serem considerados na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinar se, no balanço patrimonial, passivo com uma data de liquidação incerta deve ser classificados como circulantes ou não circulantes. Avaliamos os impactos, e a classificação e a liquidação dos parcelamentos tributários refletem as condições contratuais na data base da demonstração financeira ou após à data do relatório.
- Alterações a IAS 1 (CPC 26-R1) - declaração de práticas IFRS 2 – Divulgação de práticas contábeis traz alterações que exigem que uma entidade divulgue suas políticas contábeis relevantes, em vez de suas políticas contábeis significativas. Avaliamos e não haverá impactos, uma vez que as demonstrações financeiras atuais refletem somente políticas contábeis relevantes.
- Alterações IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis, as alterações propostas esclarecem que as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. Sendo assim uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações não é a correção de um erro. Não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras

- Emenda IAS 12- (CPC 32) Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação esclarece que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. Não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras.

5. Clientes

O saldo de R\$ 3.011 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 575 dezembro de 2021) corresponde receita royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer até 30 dias	2.439	-
A vencer entre 31 e 90 dias	572	575
	<u>3.011</u>	<u>575</u>

6. Outras contas a receber

Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 514 (R\$ 521 em 31 de dezembro 2021), refere-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram reconhecidos conforme condições pactuadas e o saldo a pagar de R\$ 11 está registrado no grupo outras contas a pagar.

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 7.720 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.271 em 31 de dezembro de 2021) atualizados pelo IPCA-E ao mês, refere-se aos direitos creditórios adquiridos em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado e tributado de R\$ 2.795.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósito judicial

O saldo, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 1.703 (R\$ 1.539 em 31 de dezembro 2021), no ativo não circulante, refere-se a depósitos judiciais, dos quais R\$ 1.695 são tributários, e, R\$ 8, trabalhista. Os valores de depósitos judiciais tributários estão atrelados a nota explicativa 11, item “b”, e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Mundial Distribuidora	Bellini S.A.	ZHEPAR	Eberle Equipamentos e Processos	Total
Saldo em 31/12/2022						
Clientes	-	3.011	-	-	-	3.011
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo passivo	1.004	-	2.966	109	2	4.081
Saldo em 31/12/21						
Clientes	-	575	-	-	-	575
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo passivo	20.016	804	2.966	109	2	23.897

Abaixo apresentamos as características:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, hoje com saldo de R\$ 324.542, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2022	2021
Parcelamento Lei 13.998 14/04/2020 (a)	-	171.789
Parcelamento Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022 (b)	33.952	-
Outros impostos	43	42.791
	33.995	214.580
Passivo circulante	4.411	78.445
Imposto de renda e contribuição social	-	2.996
Obrigações fiscais federais	4.400	75.437
Obrigações fiscais municipais	11	12
Passivo não circulante	29.584	136.135
Obrigações fiscais federais	29.584	136.135
	33.995	214.580

O parcelamento possui a seguinte composição de vencimentos

2023	4.369
2024	4.369
2025	4.369
2026	4.369
2027 a 2033	16.519
	<u>33.995</u>

a. Parcelamento Transação Excepcional Lei 13.988/20 - Cancelado

Em 2022 a Companhia solicitou o cancelamento do Parcelamento Transação Excepcional, que mantinha ativo desde 2020. Tal parcelamento, após recomposição, foi incluído no parcelamento Transação Individual. Os efeitos da recomposição do parcelamento, está demonstrado a seguir:

Demonstrativo da reversão do parcelamento Lei 13.988/20

	<u>Demais</u> <u>débitos</u>	<u>Débitos</u> <u>previdenciário</u>	<u>Total</u>
Saldo anterir a reversão	87.563	80.961	168.524
Reversão dos benefícios	27.139	61.932	89.071
Saldo	114.702	142.893	257.595

b. Parcelamento Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022

A Companhia firmou acordo para parcelamento de débitos disposto pela Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022, conforme descrito na nota explicativa 2, incluindo seus débitos federais previdenciários e não previdenciários, inclusive débitos anteriormente indicados no Parcelamento Transação Excepcional - Lei 13.988/20, inscrito na Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Os efeitos da recomposição do passivo tributário estão descritos a seguir;

Demonstrativo de consolidação da passivo tributaria

Saldo após recomposição do Parcelamento Transação Excepcional	257.594
Débitos transferidos do passivo circulante	43.538
Desistência de processos e reconciliação com a PGFN	10.914
Saldo indicado no parcelamento	<u>312.046</u>

Os saldos totais reconciliados, aplicadas as reduções de até 65% nas multas, juros e honorários, bem como a utilização de prejuízo fiscal e base negativa no limite de 70% do saldo remanescente, foram parcelados em duas modalidades, os efeitos estão demonstrados a seguir:

Composição	Demais débitos(b.1)	Previdenciário (b.2)	Total
Montante parcelado	167.457	144.589	312.046
Descontos previstos em lei	(108.619)	(93.516)	(202.135)
Utilização de créditos - PF BN	(40.208)	(35.751)	(75.959)
Saldo em 2022	18.630	15.322	33.952

b.1 Modalidade demais débitos, o saldo de R\$ 18.630 parcelado em 120 parcelas, sendo as 60 primeiras parcelas no valor de R\$ 83, já o saldo remanescente em 60 parcelas de R\$ 227, acrescidas da variação da SELIC.

b.2 Modalidade Previdenciária, o saldo de R\$ 15.322, em 60 parcelas com valor igual e consecutivas de R\$ 255, acrescidas da variação da SELIC.

A recomposição da dívida e adesão ao parcelamento resultou em um efeito líquido no resultado não recorrente no montante de R\$ 209.222, demonstrado a seguir.

Reversão do parcelamento Transação Excepcional Lei 13.988/20	(89.071)
Desistência de processos e reconciliação com a PGFN	(10.914)
Descontos previstos em lei	<u>202.135</u>
Resultado financeiro não recorrente	<u>102.150</u>
Ativação de prejuízo fiscal base negativa	<u>107.071</u>
Efeitos líquido no resultado	<u>209.221</u>

12. Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582. Referidas debêntures foram emitidas em 13 de dezembro de 2013.

Em 13 de dezembro de 2013, deu-se a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias, cujo início de formação remonta a 1988. Na data da subscrição, referidos créditos não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (II) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Os montantes utilizados na subscrição foram acumulados entre 1988 e 2012 e não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos. A emissão das debêntures, mediante utilização dos créditos de mútuo e conta corrente, ocorreu em 2013. Em novembro de 2014, a Companhia amortizou R\$ 84.369 do saldo das debêntures mediante transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de sua titularidade para utilização no parcelamento da Lei nº 13.043/14. Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº 13.496/2017, levando à reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa anteriormente utilizados na amortização das debêntures, no montante de R\$ 19.944. Assim, o valor total amortizado pela Emissora foi de R\$ 64.425.

Em 13 de dezembro de 2013, exercício em que se deu o ato emissão das Debêntures com créditos de mútuo e conta corrente, o valor destas alcançava R\$ 389.007, permanecendo o mesmo valor em 31 de dezembro de 2013. No encerramento de 31 de dezembro 2022, o saldo era de R\$ 324.582. A Companhia acompanha e revisa laudo de capacidade de pagamento das debêntures subscritas em 2013, através de laudos periódicos de capacidade de pagamento elaborados por consultoria externa independente a partir de projeções e estimativas, bem como por laudos de avaliação do valor da Marca, também revisados periodicamente. Nesse sentido, a consultoria

independente avaliou que, em 31 de dezembro de 2022, o valor da Marca Hercules correspondia a R\$ 279.953.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 1.363 (R\$ 1.362 em 31 de dezembro de 2021) é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Existem processos trabalhistas no valor de R\$ 21 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2021), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos.

14. Patrimônio líquido a descoberto

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

l. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício o atribuível aos acionistas da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2021 conforme o quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do período	203.660	443
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	399,3341	0,8686
Resultado por ação preferencial básico e diluído	399,3341	0,8686

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de setembro de 2022 e 2021.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de serviços	3.429	2.999
Impostos sobre serviços	(437)	(382)
Receita operacional líquida	<u>2.992</u>	<u>2.617</u>

17. Despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(254)	(269)
	<u>(254)</u>	<u>(269)</u>
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(240)	(226)
Outras receitas e despesas operacionais	(14)	(70)
	<u>(254)</u>	<u>(296)</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Atualização de diretos creditórios	449	705
	<u>449</u>	<u>705</u>
Despesas financeiras		
Despesas de giro	(2)	(8)
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário	(8.746)	(2.575)
Resultado financeiro não recorrente (a)	102.150	-
	<u>93.402</u>	<u>(2.583)</u>
Resultado financeiro	<u>93.851</u>	<u>(1.878)</u>

a) Os valores registrados a rubrica "Resultado financeiro não recorrente" estão descritos de forma detalhada na nota explicativa 11 item (b).

19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.589	443
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	1.080	(554)
Exclusão descontos obtidos previsto em lei - Transação Individual	<u>(202.300)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo ou prejuízo acumulado	<u>(104.631)</u>	<u>(111)</u>
Alíquota efetiva do imposto	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	<u>107.071</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>107.071</u>	<u>-</u>

a) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, corresponde ao montante de crédito indicado para pagamento de parte do parcelamento descrito nota explicativa 11 item "b".

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição de R\$ 104.631. Com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, o valor do crédito é de R\$ 26.158 e R\$ 9.416, consecutivamente, somando um montante de R\$ 35.575.

Estes valores serão reconhecidos à medida que seja provável de sua realização.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes	3.011	575	3.011	575
Fornecedores	14	6	14	6
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	4.081	23.897	4.081	23.897

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras contas a receber	514	521	514	521
Direitos creditórios	7.720	7.271	7.720	7.271
Outras contas a pagar	29	320	29	320

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo de contas a receber de cliente corresponde a R\$ 3.011 e R\$ 575, respectivamente.

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 23.650 para responsabilidade civil e R\$ 115.620 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente

Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente

Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Júlio Cesar Camara – Diretor

Ivanês Grison Souto

TC-CRC-RS 084547/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho e Acionistas da

HERCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **HERCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HERCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02, na qual, em contraponto ao passivo a descoberto de R\$ 350.918 mil e a deficiência de capital de giro apresentados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia menciona que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal

de suas operações e divulga os planos da administração para cumprir suas obrigações de pagamento do passivo tributário e debêntures a pagar, divulgados nas notas explicativas nº 11 e nº 12. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso das medidas implementadas por seus administradores, bem como da manutenção de condição de permanência nos programas de parcelamentos ativos. Assim sendo, o conjunto das demonstrações financeiras deve ser lido considerando esse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Passivo tributário - Parcelamentos

Porque é um PAA:

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia firmou acordo em 24 de fevereiro de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no acordo, os quais totalizam o montante de R\$ 33.952 mil. Para registro, a Companhia reabriu seu balanço em 31 de dezembro de 2022 em conformidade com o CPC 24 – Eventos Subsequentes e demonstrou os impactos da adesão, bem como vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, incluindo o respaldo do registro antecipado no CPC 24 – Eventos subsequentes. Verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas.

Debêntures a pagar

Porque é um PAA:

A Companhia possui debêntures perpétuas a pagar para empresa relacionada Mundial S.A.- Produtos de Consumo (Credora) no montante de R\$ 324.582 mil, conforme descrito na nota explicativa nº 12, cuja realização depende da continuidade do atual plano de reestruturação implementado pela sua administração. Os valores estão demonstrados no passivo não circulante, com vencimento somente em caso de dissolução da emissora. Em garantia das debêntures foi dada a marca “Hercules”, para a qual a Companhia efetua periodicamente a remensuração do valor justo, por empresa independente, suportado por estimativas de rentabilidade futura preparadas com base em dados e premissas mercadológicas, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como das possíveis alterações das estimativas e premissas adotadas para determinar a sua recuperabilidade, e pelo potencial impacto que essas alterações poderiam impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Avaliamos os controles internos da Companhia em relação ao teste anual da redução ao valor recuperável (teste de Impairment) e os principais critérios aplicados para análise da recuperabilidade das debêntures e a mensuração do valor justo da marca Hercules, suportada pelo laudo emitido por especialista externo. Para confirmar os montantes recebemos o laudo e corroboramos com estimativas

das taxas futuras de crescimento do segmento e taxas de mercado e consideramos sua capacidade de produzir previsões precisas de longo prazo.

Entendemos que o registro foi reconhecido e divulgado segundo as regras contábeis vigentes e de acordo com as premissas determinadas pelos especialistas externos da administração.

Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 28 de março de 2022, sem modificações, contendo parágrafos de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, principais assuntos de auditoria sobre debêntures a pagar para Companhia relacionada, impostos e contribuições sociais – programas de parcelamentos, todos semelhantes a este exercício.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 24 de março de 2023.

Aderbal Alfonso Hoppe

Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-SP

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC 2 SP-032267/0-1

CVM 12.220



Hercules

Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Em conformidade com os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 586/2017, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os Diretores da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo, 24 de março 2023.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor



Hercules

Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Para fins do disposto no inciso V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 586/2017, os Diretores da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes pela TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S, relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor